



MOÇÃO TEMÁTICA

COMPROMISSO DOS AUTARCAS PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA

1.º Subscritor: Pedro Pimpão – Presidente da Câmara Municipal de Pombal

1. CONTEXTO GLOBAL

O momento em que os autarcas eleitos pelo PSD se reúnem corresponde a um contexto económico-social bastante complexo, fruto da instabilidade política que assistimos com o chumbo do Orçamento de Estado, a queda do Governo e a dissolução da Assembleia da República; as consequências (nas pessoas, famílias, empresas e organizações) da crise sanitária que nos tem assolado e que teima em não nos largar; o início de mandatos autárquicos marcados pela indefinição desta fase de transição de quadros comunitários de financiamento; a perspetiva de assunção de novas competências a curto prazo sem o correspondente reforço financeiro; a falta de mão de obra em vários setores de atividade; a escassez e acréscimo do valor das matérias-primas a que corresponde o aumento dos preços de muitos produtos e serviços, entre tantos outros desafios associados à preparação dos documentos previsionais de cada autarquia local (Freguesias e Municípios).

Vivemos um contexto muito especial e aproximam-se tempos muito desafiantes para o nosso futuro coletivo.

A verdade é que se colocam hoje novos desafios ao poder autárquico, aos Presidentes das Câmaras Municipais, aos Presidentes das Juntas de Freguesia e a todos os eleitos locais nas Freguesias e nos Municípios.

Desafios que se prendem com o maior ativo dos municípios, as pessoas, com a promoção do seu bem-estar, da sua qualidade de vida, exigindo atenção contínua à multiplicidade das questões que lhe dão expressão e que caracterizam o seu quotidiano, a sua vida.

Sabemos que os últimos meses/ anos têm sido ainda mais exigentes para os autarcas, com uma pandemia que não dá tréguas, mas sabemos que nos deparamos continuamente com tantas outras pandemias que colocam Portugal, e conseqüentemente os nossos municípios e freguesias, numa situação de grande fragilidade e vulnerabilidade, sabendo que os atuais processos de desenvolvimento económico e social levam a situações e contextos de grande vulnerabilidade social e económica, conduzindo a que atualmente se registem, em Portugal, dois milhões de pessoas em situação de pobreza.

Com a agravante de que os impactos socioeconómicos da pandemia, de magnitude ainda incerta, renovam e reforçam a pertinência da assunção urgente de um conjunto de ações, coerentes e articuladas, que permitam reduzir de forma expressiva a incidência da pobreza.

Na decorrência desta factualidade, importa atender ao documento estratégico internacional, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que integra objetivos ambiciosos, incluindo vários “objetivos zero”, entre os quais a eliminação total, e não tão-somente a redução, da pobreza extrema, definindo a meta de “não deixar ninguém para trás”, ou seja, de assegurar que o desenvolvimento é efetivo para todas as pessoas, em todos os lugares.

Importa referir que a mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes é essencial para o cumprimento destes desígnios.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são objetivos que marcam rumo para o desenvolvimento, para a sustentabilidade e para a igualdade entre as pessoas com respeito absoluto pela dignidade humana.

2. A REALIDADE PORTUGUESA

A pobreza e a exclusão social são fenómenos que sempre existiram e que em vez de desaparecerem estão a agravar-se em Portugal, um dos países da União Europeia onde o risco de exclusão é maior. Tal decorre, em medida, do facto de os últimos anos terem sido marcados por uma profunda crise económica e social. Como tal, é necessária uma análise regional da pobreza, ou seja, entender as particularidades e as especificidades de cada região.

A pobreza é definida como um estado de não participação, é não ter recursos económicos, é ser privado de não poder partilhar a sua integração na sociedade, ser uma pessoa privada não só economicamente, mas dos direitos básicos no seio da sociedade.

A pobreza não é um problema exclusivo das pessoas em situação de pobreza, é um problema da sociedade.

Pobreza é não ter acesso a um padrão de vida adequado, mas também a outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais.¹

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – um documento estratégico internacional em que os líderes mundiais definiram os objetivos a alcançar para o desenvolvimento, para a sustentabilidade e para a igualdade entre as pessoas com respeito absoluto pela dignidade humana – preconiza isso mesmo ao definir um “objetivo zero”, isto é, a eliminação total e não tão-somente a redução da pobreza extrema, assim como “não deixar ninguém para trás”, ou seja, assegurar que o desenvolvimento é efetivo para todas as pessoas, em todos os lugares.

Um dos fatores que explica este panorama em Portugal são os grandes níveis de desigualdade no seio da sociedade portuguesa; visível em todos os sectores. Por exemplo, a pobreza é um dos principais fatores que explica a desigualdade em praticamente todas as causas de morte evitáveis, o facto de termos uma mortalidade prematura (antes dos 65 anos) tão alta e de sermos dos países com esperança de vida saudável mais baixos da Europa.

É de relevante importância o aprofundar da consciência de que uma parte significativa das situações de pessoas em situação de pobreza não se resolve com o trabalho. Existe um conjunto significativo de pessoas que trabalham e encontram-se em situação de pobreza: quase 10% dos trabalhadores vive com rendimentos inferiores ao limiar de risco de pobreza. O facto de se ter uma família monoparental, viver sozinho ou ter baixa escolaridade torna as pessoas mais vulneráveis à pobreza. A idade é outro fator importante, sendo bastante significativo o número de idosos e o número de jovens que vivem numa situação de pobreza. Um outro fator a considerar é o desfasamento entre as qualificações dos jovens e os trabalhos que desempenham. Temos muitos jovens licenciados no desemprego e muitos empregos sem recursos humanos suficientes. Isto

¹ *Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais, das Nações Unidas, 2001*

ocorre num país que não tem capacidade para oferecer emprego qualificado aos jovens licenciados que temos, nem um rendimento que permita aos cidadãos não viver em pobreza.

Mesmo no panorama europeu, **Portugal é dos países da União Europeia onde o risco de pobreza entre trabalhadores e de exclusão social é maior.**

É premente a compreensão da pluralidade de situações de pobreza em Portugal, uma vez que a pobreza existe porque temos grandes níveis de desigualdade no nosso país e a pobreza vai para além do material e económico.

É ainda de relevante importância o aprofundar da consciência de que uma parte significativa das situações de pessoas em contexto de pobreza não se resolve com o trabalho, são pessoas mais velhas, pessoas dependentes, pessoas doentes, pessoas portadoras de deficiências, bem como a factualidade de que existe um conjunto significativo de pessoas que trabalham e encontram-se em situação de pobreza.

É premente a compreensão da pluralidade de situações de pobreza.

A erradicação da pobreza está intimamente correlacionada com a concretização de direitos fundamentais e com a garantia de uma vida digna para todos.

A pobreza é multifatorial, pelo que abrange todas as áreas ligadas às condições de vida, incluindo a habitação, a saúde, a educação, o emprego, a família.

Todos estamos esperançados que o Plano de Recuperação e Resiliência e o Portugal 2030 sejam instrumentos possibilitadores da reconstrução do nosso tecido económico e social, através das suas diversas medidas, uma vez que somos todos desafiados a responder à pobreza e exclusão social que vivemos.

No entanto, já sabemos de antemão que o combate à pobreza não tem como pilar a distribuição de fundos, mas sim um esforço conjunto de todos e, por isso, deve estar fortemente presente nas agendas políticas municipais, nos processos de planeamento e orçamentação municipais, permitindo a continuidade da implementação de medidas e de projetos concretos, a par da identificação de indicadores de monitorização local, apelando, em simultâneo, à participação das organizações da sociedade civil.

Tal justifica-se porque cidadão é toda aquela pessoa que participa da/ na construção do seu futuro, detendo os instrumentos de que necessita para se autodeterminar. Desta forma, o direito individual da liberdade de consciência encontra-se alicerçado pelos direitos sociais (saúde, educação, trabalho, lazer...), que surgem como meio ou instrumento para que se alcancem os fins desejados, almejados pelos Direitos Individuais (liberdade, igualdade, direito à vida digna...).

A erradicação da pobreza deve correlacionar-se com outros princípios, tais como o crescimento económico e a sustentabilidade, estruturando a construção de um planeta mais sustentável e tendo como corolário a Agenda 2030.

Para o cumprimento dos Objetivos Globais desta Agenda, nomeadamente a erradicação da pobreza, urge contar com diversos segmentos de ação: Governo, setor privado, sociedade civil e autarquias.

3. O PAPEL DAS AUTARQUIAS LOCAIS

A transformação global requer ação local.

O cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável está dependente do papel ativo dos poderes autárquicos, não apenas enquanto implementadores da Agenda, mas como agentes transformadores. É este o grande desafio que se apresenta aos autarcas social democratas, a definição e o cumprimento de metas que estão, direta ou indiretamente, ligadas ao trabalho diário dos municípios e freguesias.

Sendo um conceito multidimensional, a pobreza não se resume apenas à falta de capacidade dos indivíduos em suprir as suas necessidades mais elementares no dia a dia. Trata-se de assegurar a plenitude dos seus direitos humanos basilares enquanto membros ativos de uma sociedade que beneficia do seu contributo individual, não deixando ninguém para trás.

Assim, o planeamento das cidades, da educação, da dinâmica económica e do acesso a recursos fundamentais (habitação, alimentação, entre outros) garantem a abordagem multidimensional para o combate à exclusão e consequente pobreza.

As autarquias são o nível de governação mais próximo da população, os autarcas são quem detém um conhecimento profundo do contexto e das

comunidades locais, quem detém efetiva capacidade de convocar e mobilizar os atores territoriais.

Aos autarcas é conferida legitimidade democrática e institucional para promover o diálogo e o empenho em diferentes níveis, estão numa posição ideal para traduzir uma agenda ampla e abstrata numa agenda concreta e eficiente, tornando-a realidade para os cidadãos.

Estaremos perante uma maior possibilidade de atingir os resultados da erradicação da pobreza, nos nossos concelhos, quanto mais conscientes os autarcas estiverem da importância do cumprimento deste objetivo e o colocarem na agenda do município.

Para que tal suceda, é deveras importante integrar estes objetivos no trabalho diário e na gestão corrente, envolver todas as unidades orgânicas municipais e criar equipas multidisciplinares. Potenciar os mecanismos de participação já existentes para envolver os atores locais e, ainda, promover a partilha de conhecimentos e experiências entre municípios e freguesias, através da participação em redes e da cooperação descentralizada.

Não esquecendo a efetiva concretização da transferência de competências, em 2022, com especial relevo para as áreas da educação, ação social e saúde, não menosprezando o impacto que irá ter nos orçamentos municipais, poderemos estar perante uma nova oportunidade para reforçar novas formas de governação cooperativa, com vista a conferir poderes às autoridades locais e alcançar um maior impacto em termos de desenvolvimento.

Nós, autarcas, faremos o que o Governo não conseguiu fazer.

Isto é tanto mais importante na medida em que “está provada uma forte correlação entre o progresso na redução da pobreza, no acesso à saúde e à educação, por um lado, e a descentralização do poder, das políticas, dos recursos e das competências, por outro.”

Falamos de problemas das famílias, das pessoas concretas, com identidade, sendo premente a continuidade da intervenção territorial para debelar esta situação. Para tal, acreditamos que um pressuposto essencial não pode ser descurado: a intervenção em parceria, a abordagem territorial e a intervenção integrada.

A pobreza não é uma fatalidade, resulta das nossas formas de estar em sociedade e que é possível alterar. Por isso, o desafio é o compromisso. É possível erradicar a pobreza. Mas, só conseguiremos eliminar esta “pandemia” se desenvolvermos e adotarmos políticas integradas, se estivermos disponíveis para assumir este compromisso.

É o reforço da importância do poder local, das câmaras municipais e das juntas de freguesia, no contexto do desenvolvimento dos territórios, contribuindo para o progresso local, ajudando a melhorar a qualidade de vida das suas comunidades.

Os autarcas são quem melhor conhece e quem mais habilitado está para efetuar o diagnóstico das necessidades das populações e aumentar a possibilidade de melhor intervir junto das comunidades locais, em favor das populações, obrigando a uma intervenção estratégica, que envolve o planeamento e a implementação de ações sociopolíticas, desenvolvidas com o sentido de encontrar projetos e iniciativas de âmbito social, adequadas à realidade social das comunidades locais.

Combater a pobreza e a exclusão social é um desígnio nacional. Mas queremos mesmo? O que estamos dispostos a assumir como autarcas?

As opções que fazemos, naquilo que são as áreas vitais, e os investimentos que fazemos, são claramente escolhas, não são os pobres que vão tomar as decisões e fazer as escolhas, esta tomada de decisão compete aos políticos.

As políticas sociais têm impacto na redução da pobreza e isso está comprovado, então há que tomar decisões. Para o perfeito exercício da cidadania, requer-se igualdade, (não apenas jurídica, mas também de oportunidades), liberdade física e de expressão, educação, saúde, trabalho, cultura, lazer, pleno emprego e trabalho digno, meio ambiente saudável.

A promoção do desenvolvimento pode ser entendida como a estratégia prosseguida por uma sociedade para proporcionar a todos os seus membros condições que lhes permitam desenvolver as suas capacidades e alcançar a felicidade, tendo como pano de fundo um padrão de vida com dignidade.

O PSD não subscreve teses que se conformam com o facto de a desigualdade fazer parte da natureza humana. “Para os social-democratas, a diferença faz parte da vida, mas as oportunidades de cada um se afirmar e dar o melhor de si não devem ser condicionadas

pelas diferenças à partida: por se nascer em famílias com mais ou menos possibilidades económicas, por se ter mais ou menos saúde, por se viver no litoral urbano ou no interior rural, por se ser cidadão português ou estrangeiro residente em Portugal. E temos presente que a vida moderna nos confronta com novas desigualdades, como o acesso à informação ou às novas tecnologias, ou a capacidade de aceder ou influenciar o poder. Por isso, continuamos a considerar que cabe a todos e designadamente aos poderes públicos criar as condições para minorar as desigualdades à partida e promover a inclusão social.”²

Como defendeu Sá Carneiro, e ainda da maior atualidade nos nossos dias: “as nações democráticas não podem observar estas condições de pobreza e de fome sem se sentirem obrigadas a tomar medidas de ordem prática. Têm de pôr de lado o comodismo que por toda a parte do mundo industrializado se vai instalando, para se lançarem num combate criativo e ousado à miséria e à fome que ainda hoje dominam, infelizmente, o Mundo. (...) Coragem e realismo são atributos necessários para que alguma coisa de concreto se possa realizar e não nos fiquemos pelos exercícios verbais. (...) A social-democracia, uma política social-democrata, é aquilo que mais convém, é a linha política que mais convém ao País, à recuperação nacional, ao termo das desigualdades, ao progresso social, ao progresso económico.”³

O desígnio que vos deixamos hoje é o de que cumpramos, com orgulho, a nossa nobre missão de social-democracia, e, seguindo a doutrina do nosso fundador, Francisco Sá Carneiro, que ousemos continuar a ser social democratas, com coragem, que possamos assumir o compromisso de contribuir para ERRADICAR A POBREZA EM TODAS AS SUAS FORMAS, EM TODOS OS LUGARES, o que depende indubitavelmente da participação das autarquias, das câmaras municipais e das juntas de freguesia.

Viva a Social Democracia! Vivam os Autarcas Social Democratas!

Barcelos, 4 de dezembro de 2021

Anexo: Pacto dos autarcas para a erradicação da pobreza.

² (Doc. PSD “Comemoração 40 Anos de Democracia”)

³ (1980 Francisco Sá Carneiro – “Textos” - Sétimo Volume – 1980, Instituto Francisco Sá Carneiro)



PACTO DOS AUTARCAS PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA

- *Considerando que o primeiro objetivo de desenvolvimento sustentável proposto pelas Nações Unidas para 2030 é erradicar a pobreza em todas as suas formas e lugares, defendendo, nomeadamente, “criar enquadramentos políticos sólidos ao nível nacional e regional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos mais pobres e que sejam sensíveis à questão da igualdade do género, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza”;*
- *Considerando os alertas e os relatórios promovidos pela EAPN - European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza), que é a maior rede internacional de organizações ativas na luta contra a pobreza e que tem como missão “contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, em que todos sejam corresponsáveis na garantia do acesso dos cidadãos a uma vida digna, baseada no respeito pelos Direitos Humanos e no exercício pleno de uma cidadania informada, participada e inclusiva”;*
- *Considerando a oportunidade de estarmos a iniciar um novo ciclo de financiamento comunitário (PRR e PT2030), que deve estar fortemente concentrado nas PESSOAS e na promoção da melhoria da qualidade de vida, autonomia e bem-estar dos nossos concidadãos, assim como na efetiva promoção do princípio da igualdade de oportunidades nas diversas dimensões da nossa vivência comunitária;*
- *Considerando o conhecimento profundo da realidade socioeconómica do nosso território, bem patente na relação de proximidade dos autarcas com as suas populações e dinâmicas locais;*
- *Considerando que são as ações locais que promovem grandes transformações globais, dado o impacto das políticas públicas locais na melhoria das condições de vida dos cidadãos e na promoção da coesão social e territorial do nosso país;*
- *Considerando o espírito reformista, a matriz humanista e solidária que caracterizam os autarcas do PSD, verdadeiros agentes da mudança e da transformação positiva do nosso país, para os quais as pessoas estão sempre em primeiro lugar;*

Os autarcas do PSD, presentes no 9.º Congresso Nacional dos Autarcas Social Democratas, assumem o compromisso de, no âmbito das suas estratégias de desenvolvimento local, promoverem o combate firme e determinado à pobreza, vertendo-o como uma prioridade das políticas públicas locais promotoras da coesão social do nosso país.

Barcelos, 4 de dezembro de 2021